

# Setúbal mostra a saída para a crise

O diretor-presidente do Banco Itaú criticou o governo dizendo que as autoridades monetárias não fazem o que falam. E propôs uma reforma tributária, que resolveria o problema do déficit público e das taxas de juros, mas admite: "Falta vontade política" por parte do governo para realizá-la.

A preocupação do presidente Figueiredo diante das elevadas taxas de juros apuradas pela Associação Comercial de São Paulo não comoveu o banqueiro Olavo Setúbal, diretor-presidente do Banco Itaú. Ontem, em Campinas, ele limitou-se a comentar que "as autoridades monetárias falam todos os dias em medidas que são tomadas para baixar os juros, mas eles tendem a subir, e não a descer. Uma das razões básicas desse processo é a profunda divergência entre o que as autoridades monetárias falam e o que elas fazem". E defendeu a necessidade de uma reforma tributária, como a saída para a crise.

O empresário, que esteve na cidade participando do lançamento do sistema "Caixa Eletrônico Itaú", exemplificou sua afirmação dizendo que "esta semana as autoridades monetárias colocaram em leilão Cr\$ 800 bilhões de ORTN com cláusula cambial, o que é totalmente incompatível com a linha de redução de taxa de juros. O leilão é o empréstimo de uma quantia gigantesca, disputando recursos de poupança que deveriam ser canalizados para uma atividade produtiva".

Setúbal cita, também, que o open atingiu 19,20%, "mas o governo é, por lei e regulamento do Banco Central, o beneficiário do open e seus recursos são canalizados em ORTN e não para as atividades bancárias. Quando o governo fez a máxi, deu lucros de Cr\$ 300 bilhões a possuidores de ORTN. Então, é muito difícil atrair recursos para aplicar em atividades produtivas com as atuais taxas, e por isso a retórica das autoridades monetárias não é compatível com sua ação".

## "Solução mágica"

O diretor-presidente do Itaú diz que o Brasil não tem "uma solução mágica tirada do bolso" para resolver o problema das taxas de juros, mas aponta uma série de medidas que poderiam ser tomadas — como o tabelamento dos ju-



Olavo Setúbal

ros, a retirada do teto de expansão do crédito e a diminuição do depósito compulsório (os bancos repassam 45% do que recebem ao Banco Central) — que não deixariam o segmento livre do mercado tão restrito. Sugere ainda, uma profunda reforma tributária.

— Não adianta — explica ele — simplesmente dizer que a taxa é absurda no mercado livre sem tomar medidas para derrubar as paredes que separam cada um dos mercados. Não há medida que não vá bater no déficit público, que, conforme disse o ministro Ernane Galvães no Senado, atingiu 16,9% do PIB. Isto é um recorde mundial e nenhum país de economia organizada tem um déficit deste tamanho. O mesmo Galvães disse que 2,6% destes 16,9% são déficits de Estados de municípios. Portanto, sem uma profunda reforma tributária não resolveremos o problema do déficit público, e o governo continuará pagando as mais altas taxas do mercado, com base nas ORTN. Isto não reajustará os setores particulares e os produtivos, que continuarão pagando taxas exorbitantes.

Viabilizar a reforma tributária, no entanto, é difícil na conceção de Setúbal, porque "se trata de um problema político, e não técni-

co. Precisamos do consenso político nacional para fazer a tributação, senão haverá brigas entre Estados pobres e ricos, setores desenvolvidos e subdesenvolvidos. O problema é compatibilizar de quem tirar e para quem dar, e o fundamental é financiar o governo com recursos que não sejam oriundos de moedas e ORTN com cláusula cambial. Os governos federal, estadual e municipal precisam fazer crescer seus recursos e esta discussão nos leva à decisão do tamanho e custo do governo que queremos". Segundo ele, se a definição cair sobre ter o governo que temos, a sociedade precisará ser tributada brutalmente.

A reforma tributária substituirá a inflação pelo imposto que a sociedade já está pagando, conforme definição de Setúbal. Para ele, a reforma não sai porque "o apoio político necessário transcende ao apoio político do partido do governo. E não há tempo de esperarmos pelas eleições presidenciais para fazer esta reforma, sob o risco de o País ser levado a um descompasso econômico-financeiro e a tensões sociais incontroláveis". O empresário argumenta que os ministros da área econômica têm capacidade técnica para fazer a reforma — "não há é vontade política" — e lembra a necessidade de "gerar vantagens para as áreas produtivas, pois o sistema atual está levando o País inteiro a ser investidor financeiro, fazendo com que o processo produtivo entre em colapso, que é a recessão".

Setúbal esteve ontem em Campinas, participando da implantação do "Caixa Eletrônico Itaú", um complexo de fabricação inteiramente nacional que possibilita efetuar saques e consultas em qualquer dia da semana e horário. O sistema foi lançado em Campinas por um período de testes porque, segundo o diretor-presidente da instituição, "Campinas tem um movimento físico que se iguala ao Rio de Janeiro e fica numa das áreas mais ricas do Brasil".